

Conferência do Ministro das Cidades*

Olívio Dutra

Em nome do governo do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva e como seu Ministro das Cidades, saúdo as mulheres e os homens de todas as idades e de todas as etnias, de diferentes países do globo, presentes e protagonistas desta terceira edição do Fórum Social Mundial, aqui no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre. Sejam todos bem-vindos para a boa luta, para construir um mundo de paz, de igualdade e de justiça.

Estamos aqui no painel que trata do direito à cidade. A cidade como espaço que tem de ser, da realização do ser humano na sua plenitude. A cidade não é para ser sofrida, é para ser vivida, bem vivida por cada um dos seus construtores e de seus habitantes. Esta é a cidade que sonhamos para o nosso país. Mas não é esta a cidade que temos em nosso país.

A cidade que temos é resultado de um modelo de desenvolvimento que, na sua última fase neoliberal, acentuou ainda mais as desigualdades, as injustiças, a exclusão social e a violência – em particular, a violência institucionalizada pela concentração cada vez maior da riqueza. É preciso, porém, alterar

esta lógica. E não será apenas o Ministério das Cidades a realizar essa mudança, mas é o governo do companheiro Lula, no seu conjunto com o povo brasileiro, que tem este compromisso da transformação.

A cada ano, nós, brasileiros e brasileiras, vemos se repetirem as cenas de desastres. São vidas humanas que se perdem com o soterramento de casas modestas e de, até ultimamente também, algumas residências de classe média descendo das encostas por conta da chuvarada, mas fundamentalmente por conta da sua situação irregular.

A cada ano, nós assistimos às tragédias que se banalizam em muitas cidades brasileiras, deixando sobreviventes inconsoláveis com as perdas de entes queridos e com perdas materiais às vezes de tudo ou quase tudo que economizaram com tanto sacrifício.

Os desmoronamentos e enchentes ocorrem com frequência nos mesmos lugares, ano após ano, mostrando que a experiência não sensibilizou o poder público, seja na esfera local, municipal, na esfera estadual ou na esfera federal.

* Conferência proferida no III Fórum Social Mundial de Porto Alegre, ocorrido de 23 a 28 de janeiro de 2003. Agradecemos aos organizadores do Seminário “Direito às Cidades” a cessão do texto e a oportunidade inédita de publicação.



Devido à falta de alternativas de moradia digna, a população se instala precariamente nas encostas íngremes, nas várzeas inundáveis, nas beiras dos córregos, nas áreas de proteção ambiental, comprometendo não apenas a própria segurança, mas a qualidade dos mananciais de água, das matas, das florestas.

A população moradora de favelas tem crescido mais do que a média do crescimento da população urbana. As favelas crescem mais do que a nossa cidade, de um modo geral, aproximadamente metade dos domicílios das metrópoles, como São Paulo, Recife, Rio de Janeiro e Salvador é ilegal. Aproximadamente 20% dos moradores de Belo Horizonte, da nossa Porto Alegre, do Rio de Janeiro e de São Paulo moram em favelas. Essa proporção é maior em Fortaleza, Recife e Salvador. Grande parte do povo constrói suas moradias com seus próprios recursos, sem ajuda técnica, sem financiamento público e desconhecendo a legislação urbanística.

Os rios, córregos, praias e lagos urbanos recebem diariamente 11 bilhões de litros de esgoto bruto, transformando os nossos recursos hídricos em canais ou depósitos de dejetos. Dos domicílios urbanos, três milhões e quatrocentos mil, 8,5% não têm acesso ao sistema de abastecimento de água potável, quase 50% dos domicílios urbanos não estão ligados às redes coletoras de esgotamento sanitário, os transportes urbanos geram centenas de milhões de reais de prejuízo devido aos congestionamentos.

O transporte individual tem sido efetivamente priorizado em detrimento do transporte público, mas o mais grave disso tudo são as mortes e os acidentes no trânsito, que atingem índices comparáveis a uma verdadeira guerra civil, já que oitenta pessoas morrem por dia e, aproximadamente, por dia, mais de mil pessoas sofrem ferimentos sérios.

Diante desse quadro, a que vem o Ministério das Cidades? A criação desse órgão constitui um novo paradigma no quadro das políticas públicas do nosso país, devido ao reconhecimento de que o Brasil é predominantemente urbano, já que 82% da nossa população vivem em cidades, 30% por cento do total da população vivem em nove áreas, regiões metropolitanas do país.

O emprego, a cultura, o modo de vida são cada vez mais urbanos, até mesmo por características que eram eminentemente rurais até duas décadas atrás, como a pobreza e a violência ganham expressão nova e crescente maior no universo urbano.

Atualmente, 33% dos pobres urbanos concentram-se nas duas metrópoles mais ricas do país, São Paulo e Rio de Janeiro. A morte de jovens é de tal monta que chega a impactar os indicadores de expectativa de vida, no caso de vida masculina no Brasil.

O novo ministério, o Ministério das Cidades, quando toma como objeto a cidade em seu conjunto superando as políticas setoriais e pulverizadas, inova, transforma e revoluciona, quan-



do os problemas foram gerados em nossas cidades devido à localização inadequada de conjuntos habitacionais, por exemplo, que resultaram em verdadeiros depósitos de pessoas.

A habitação, o saneamento ambiental e o transporte urbano não podem ser tomados separadamente no âmbito do desenvolvimento urbano, ninguém mora dentro de sua casa apenas, moramos na cidade. Cada moradia deve receber água tratada, coleta do esgoto, coleta do lixo, possibilidade da mobilidade, da chegada da ambulância, se necessário, ou atendimento médico de emergência. Cada moradia deve ter, em seus arredores, escolas, comércio, praças, local de cultura, lazer, fruição coletiva no espaço urbano.

O transporte público é que dá ao morador a mobilidade para que acesse em outros pontos da cidade aquilo que não tem em seu bairro. Pesquisas recentes mostram que aumentam as viagens a pé nos bairros periféricos das nossas cidades, diminuem as viagens motorizadas. Trata-se do exílio na periferia, disse certa vez o saudoso geógrafo e professor Milton Santos. Os jovens pobres desconhecem a oferta de atividades esportivas e culturais que fazem da cidade “uma festa”, como a definiu o filósofo Henry Lefèbvre.

O que o Ministério das Cidades defende é o direito à cidade para todas e para todos, sabendo que esta conquista não é rápida, mas é necessária e possível.

Nos últimos cem anos, a população urbana no Brasil passou de 10% para 82% do total

da população brasileira. A marca da senzala forneceu a raiz para um crescimento com exclusão e desigualdades. Não há atalho para mudar o rumo do crescimento das nossas cidades sem uma reforma fundiária, institucional e no funcionamento das cidades, portanto, uma reforma estrutural. Essas tarefas são nacionais.

Habitação, saneamento ambiental e transporte urbano são áreas estruturadoras do Ministério das Cidades. Elas terão como referência o desenvolvimento urbano e regional. Como ignorar a linda diversidade social, cultural e geográfica das diversas regiões brasileiras? E a indispensável sustentabilidade ambiental? A cidade que queremos deve ser a cidade justa, democrática e com sustentabilidade ambiental.

Projetos especiais ligados à gestão metropolitana, à prevenção às áreas de risco, às informações para o planejamento urbano, para a política fiscal deverão constituir o novo arsenal de ajuda aos municípios e às comunidades para que se preparem melhor para o controle público sobre o uso e a ocupação do solo urbano.

A capacitação das prefeituras para a execução das políticas urbanas com os novos instrumentos legais de regulação urbanística e regularização fundiária também é uma proposta que o Ministério das Cidades pretende implementar, ao lado de uma ampla divulgação, execução e aplicação do Estatuto da Cidade.



Na área do transporte urbano, a prioridade será dada ao transporte público integrado, buscando com a sua melhoria desestimular parte do uso de automóvel. Com o aumento da demanda pelos transportes públicos, será possível a redução da tarifa e a melhoria da qualidade do ar e do meio ambiente. Esta meta se dá especialmente por meio da capacitação das prefeituras e da eficácia no gerenciamento dos transportes e do trânsito. Pretende-se atingir a meta de diminuir em 10% o número de acidentes no trânsito ao ano.

O Ministério das Cidades pretende definir a nova política em estreita relação com as prefeituras, a quem cabe a competência institucional sobre o uso e a ocupação do solo. Os municípios poderão ocupar finalmente o papel que lhes compete na Federação brasileira como sujeitos políticos e auxiliar o governo federal a definir a nova política de desenvolvimento urbano.

Também os governos estaduais têm um papel importante nesta relação federada; eles serão estimulados e capacitados para também terem conhecimento das terras públicas do seu controle, para usá-las no interesse social, numa política de urbanização e de moradia de qualidade e diversificada.

O Ministério das Cidades pretende também trabalhar junto com os movimentos sociais, fermento indispensável para as transformações referidas. É preciso lembrar ainda das entidades técnicas, universidades e empresários do setor privado que, juntamente com os movi-

mentos sociais, participarão da formulação de nossas diretrizes no Conselho da Cidade, um organismo que constituirá o lugar do pacto social na área de desenvolvimento urbano.

O Conselho da Cidade deve ser resultado de uma construção coletiva e solidária, a partir de uma discussão que comece pela realização das conferências das cidades em cada um dos 5.561 municípios do país. Serão realizadas conferências das cidades nos 27 estados da Federação, culminando com uma conferência nacional, da qual deve surgir o Conselho Nacional das Cidades, com uma representação plural, diversificada, onde deverão estar representados no mesmo grau os governos estaduais e municipais, as entidades do movimento social de expressão nacional, as entidades empresariais de expressão nacional, as entidades técnicas, sindicais, as organizações não-governamentais de expressão nacional.

Reafirmamos, enfim, que o Ministério das Cidades não pretende resolver todos estes problemas, a partir da esfera federal, de cima para baixo. Pretende, sim, liderar um processo que conte com a participação dos três níveis de governo e com a participação cidadã protagonista da sociedade, dos movimentos sociais, para reverter uma dinâmica que é fruto de muitos séculos de desigualdades e desmandos.

Por isso, todos nós, o povo brasileiro, estamos convocados para esta tarefa e queremos contar com a solidariedade de todas e todos os cidadãos do mundo para essa transformação necessária. Um outro mundo é possível.